

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.638 - PR (2019/0158696-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**RECORRENTE** : JOAO MARCOS DE SOUZA (PRESO)  
**RECORRENTE** : ROBERTO CARLOS RICARDO (PRESO)  
**ADVOGADOS** : GLÁUCIO ANTÔNIO PEREIRA - PR027218  
GLÁUCIO ANTONIO PEREIRA FILHO - PR035229  
FRANCIELLE FRANCIS HASHITANI - PR078548  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

**DECISÃO**

**JOÃO MARCOS DE SOUZA e ROBERTO CARLOS RICARDO** alegam sofrer coação ilegal, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**, que manteve medidas cautelares diversas da prisão nos autos do HC n. 0010409-53.2019.8.16.0000.

Informam os autos que os recorrentes tiveram a prisão preventiva decretada em 8/6/2015, no âmbito da Operação Publicano.

Posteriormente, aplicado o art. 319 do CPP, sobreveio a imposição das medidas cautelares diversas da prisão consistentes no comparecimento mensal em juízo e impossibilidade de ausentar-se da comarca por prazo superior a 7 dias sem autorização judicial, além do afastamento do cargo de auditor fiscal.

A defesa sustenta que, desde 8/6/2015, "não há qualquer notícia de que tenham os acusados cometido atos atentatórios a ordem pública, bom andamento processual ou visando a não aplicação da Lei Penal".

Pretende, inclusive liminarmente, "a concessão de medida liminar (efeito suspensivo ativo), para que sejam suspensas as medidas cautelares restritivas de liberdade impostas aos pacientes nos autos 0061551-25.2017.8.16.0014, mov. 13.123, feito este apenso aos processos 0031659-42.2015.8.16.0014 e 0038210-38.2015.8.16.0014 ("operação publicano II")".

**Decido.**

Da análise dos autos, ao menos em um juízo de cognição

sumária, **não vislumbro manifesto constrangimento ilegal** a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Os elementos coligidos nos autos afastam, à primeira vista, a plausibilidade jurídica do direito tido como violado, sobretudo em razão de a Corte local, ao denegar a ordem, ter salientado que "as medidas cautelares atualmente em vigor (de comparecimento mensal em Juízo e de proibição de ausentar-se da comarca por prazo superior a 7 dias sem autorização judicial) foram impostas exatamente a fim de adequar a situação dos pacientes às supervenientes circunstâncias do caso concreto" (fl. 91).

Assim, não vislumbro, ao menos por ora, constrangimento ilegal a sanar em sede de medida de urgência, de modo que a controvérsia será analisada na oportunidade própria do seu julgamento definitivo.

À vista do exposto, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao magistrado singular sobre os fatos alegados na inicial, devendo informar qualquer alteração no quadro fático atinente à ação penal de que se cuida.

Em seguida, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília/DF, 11 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**